

PSICOLOGIA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: REVISITANDO OS ANAIS DO CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Data de submissão: 18/02/2025

Data de aceite: 01/04/2025

José Tadeu Acuna

Psicólogo. Doutor em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem pela UNESP de Bauru. Professor na Faculdade de Educação São Luís (Jaboticabal, São Paulo)

RESUMO: A Educação Inclusiva tem sido consolidada como um direito fundamental, promovendo o acesso equitativo à aprendizagem para todos os estudantes, incluindo aqueles do público-alvo da Educação Especial (PAEE). No entanto, a efetivação desse direito demanda suporte especializado, no qual a Psicologia Escolar desempenha um papel essencial. Este estudo investigou a interface entre Psicologia e Educação Especial por meio de uma revisão sistemática integrativa dos anais do Congresso Nacional de Educação (CONEDU), analisando publicações das edições de 2020 a 2022. A metodologia seguiu diretrizes de revisão sistemática, utilizando critérios de busca e seleção rigorosos para identificar produções científicas que abordassem a atuação da Psicologia na Educação Especial. Foram analisados 1.490 manuscritos,

dos quais apenas um trabalho atendeu integralmente aos critérios de inclusão. O estudo identificado discutiu a importância do psicólogo escolar no desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas, na adaptação pedagógica e no suporte aos docentes e às famílias dos estudantes do PAEE. Os resultados evidenciam a escassez de pesquisas sobre a interseção entre Psicologia e Educação Especial, reforçando a necessidade de ampliar investigações na área. Conclui-se que a atuação do psicólogo escolar é fundamental para a construção de ambientes educacionais acessíveis e inclusivos, demandando políticas públicas e investimentos em formação profissional. A ampliação das pesquisas pode contribuir significativamente para a efetivação da inclusão educacional, promovendo uma abordagem interdisciplinar mais consistente e eficaz.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva; Psicologia Escolar; Educação Especial; Revisão Sistemática Integrativa.

INTRODUÇÃO

A Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em 1990 em Jomtien, e a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade, ocorrida em 1994 em Salamanca, foram marcos importantes na definição de diretrizes para a promoção da Educação Inclusiva. Essa abordagem é compreendida como um conjunto de teorias que visam orientar ações sociais, políticas, econômicas, administrativas e pessoais dentro das instituições de ensino de forma a garantir a aprendizagem de todas as pessoas, considerando a igualdade dos direitos básicos independente das particularidades dos sujeitos e equidade de oportunidades para o aprender (BRASIL, 2015).

A inserção de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) vai além da simples matrícula em classes regulares. É essencial que os professores e a escola recebam o apoio necessário para desenvolver uma prática pedagógica eficaz (BRASIL, 2001). Uma escola verdadeiramente inclusiva conta com recursos físicos, humanos e pedagógicos adaptados às especificidades de aprendizagem de cada estudante. Nesse contexto, a Educação Especial, como modalidade de ensino que integra todas as outras, promove o Atendimento Educacional Especializado (AEE) orientado às pessoas com deficiência e altas habilidades superdotação, nomeadamente como Público-Alvo da Educação Especial.

O AEE oferece suporte às demandas educacionais do PAEE, esse atendimento pode acontecer de várias formas: nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM); atuação itinerante do professor de AEE; ensino colaborativo do professor de AEE em sala regular. Independentemente da modalidade, tanto o professor da classe comum quanto do AEE devem adaptar suas práticas pedagógicas para atender às necessidades de aprendizagem de todos os alunos (BRASIL, 2015). Quando há suspeita de que um estudante faça parte do PAEE, a equipe gestora e docente realiza uma avaliação pedagógica. Caso a suspeita se confirme, o aluno é direcionado ao AEE, onde recebe acompanhamento de um professor especializado, responsável por elaborar e implementar um Plano de Ensino Individualizado (PEI).

Legalmente, prevê-se que a escola solicite e ative parcerias com instituições filantrópicas, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), para encaminhar os estudantes PAEE para receberem outro tipo de atendimento que contribua para sua trajetória escolar (BRASIL, 2015). Somente a partir de dezembro de 2019 foi instituída a obrigatoriedade dos serviços de psicologia e assistência social alocados nas próprias escolas.

A Psicologia Escolar é um campo da Psicologia dedicado ao estudo dos processos de ensino, aprendizagem e outros fenômenos relacionados, analisados em diversos contextos sociais (CFP, 2007). O profissional dessa área tem como atribuições a realização de pesquisas, diagnósticos e intervenções, tanto preventivas quanto corretivas, de forma individual ou coletiva. Sua atuação abrange todos os segmentos do sistema educacional

que participam do processo de ensino-aprendizagem, integrando conhecimentos de diferentes ramos da Psicologia.

Esse profissional se baseia em teorias e práticas de áreas como a Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia Social e Psicologia da Saúde, além de diversas abordagens psicológicas. Entre suas possíveis atividades estão a avaliação e o diagnóstico de alunos com dificuldades escolares, a formação continuada de professores, orientação sexual e familiar, a promoção de projetos educativos, a gestão pessoal, a elaboração de projetos político-pedagógicos, a coordenação de disciplinas e oficinas educativas, a contribuição para a criação de planos de ensino personalizados e a preparação psicológica e técnica dos educadores para lidar com a diversidade no ambiente escolar.

De acordo com o estudo de Matos e Mendes (2015), os professores entrevistados em sua pesquisa destacam a importância da atuação do psicólogo para auxiliar no manejo de questões emocionais, comportamentais e no suporte às famílias de alunos com deficiência, temas que não foram abordados em sua formação inicial. Já a pesquisa de Acuna (2017), realizada com docentes de escolas municipais do interior de São Paulo, revela que o psicólogo escolar tem um papel fundamental na orientação e no apoio aos professores, ajudando-os a compreender o desenvolvimento biopsicossocial dos estudantes com deficiência, adaptar comportamentos para melhorar a convivência com os colegas e fortalecer a relação entre a escola e as famílias.

Diante da relevância da atuação do psicólogo no contexto educacional, esta pesquisa teve como objetivo investigar e analisar o papel da Psicologia na Educação Especial, refletindo sobre suas contribuições para o processo de inclusão escolar do PAEE, por meio de uma revisão bibliográfica.

METODOLOGIA

A Revisão Sistemática Integrativa é uma metodologia que possibilita sintetizar o conhecimento atual sobre uma área específica, além de identificar a evolução da produção científica em um período determinado. Essa abordagem reúne, em um único espaço, elementos teóricos e práticos relacionados a um tema específico (BROOME, 2000). Para conduzir essa revisão, é essencial seguir etapas como a formulação de perguntas sobre o tema, a definição do local e dos critérios para seleção das obras, a identificação e descrição dos estudos que atendem aos critérios estabelecidos, a organização e síntese das informações relevantes para o pesquisador, a elaboração de reflexões sobre os dados coletados e a análise do levantamento com o intuito de responder às questões propostas pelo estudo. A metodologia adotada nesta revisão sistemática baseou-se nas orientações de autores como Broome (2000) e Galvão, Pansani e Harrad (2015), delimitando um problema específico para obter um panorama da produção científica em um campo de conhecimento.

O local escolhido para a pesquisa foi o site da editora Realize, onde foram analisados capítulos de E-books publicados nas três últimas edições do Congresso Nacional de Educação, evento promovido por uma Universidade Federal do Brasil, mas que conta com o apoio e organização da referida editora.

Inicialmente, acessou-se o portal da Editora Realize, disponível em <https://editorarealize.com.br/>, onde foi selecionada a opção “E-book”. Essa ação direcionou para a página <https://editorarealize.com.br/publicacoes/2>, na qual foi inserido o termo “CONEDU” no campo de busca referente ao “título da publicação”. Como resultado, foram identificados 31 E-books publicados nas 6ª, 7ª e 8ª edições do Congresso Nacional de Educação (CONEDU), realizadas, respectivamente, nos anos de 2020, 2021 e 2022 (Editora Realize, 2022).

Para a seleção dos capítulos contidos nos livros digitais, adotou-se uma abordagem cronológica, analisando os volumes publicados em cada ano, partindo dos mais antigos para os mais recentes. Ao selecionar um volume, uma nova aba de navegação era aberta, permitindo a realização de buscas específicas dentro do próprio volume. Nesse contexto, utilizou-se a palavra-chave “Psicologia” como critério de busca, com o objetivo de identificar artigos que apresentassem esse termo no título. Esse procedimento constituiu o primeiro filtro metodológico para a seleção dos materiais de estudo (Editora Realize, 2022).

Os capítulos identificados por meio da busca inicial foram lidos integralmente com o objetivo de verificar se atendiam ao segundo critério de seleção, que consistia na abordagem da temática “Psicologia aplicada à Educação Especial”. Dessa forma, foram selecionados textos em que os autores exploravam a interface entre a Ciência Psicológica e a Educação Especial, incluindo trabalhos como relatos de experiência, ensaios teóricos, revisões bibliográficas, entre outros. A adoção desse critério justifica-se pela intenção de abranger o maior número possível de produções científicas que discutissem essa intersecção, contribuindo para um mapeamento amplo e diversificado da área (Editora Realize, 2022).

Na 6ª edição do CONEDU, realizada em 2020, foram publicados três volumes, totalizando 468 capítulos de E-book. Já na 7ª edição, ocorrida em 2021, também foram publicados três volumes, com igual número de 468 capítulos. Por fim, na 8ª edição, em 2022, houve um aumento significativo no número de volumes, totalizando 21, com 554 capítulos publicados. Desse modo, a amostra final compreendeu 1.490 manuscritos analisados, distribuídos ao longo das três edições do congresso (Editora Realize, 2022).

No ano de 2020, foram identificados três trabalhos que continham a palavra “Psicologia” em seus títulos, porém nenhum deles abordava especificamente a interface entre a Ciência Psicológica e a Educação Especial. Em 2021, foram localizados dois capítulos, dos quais apenas um atendeu integralmente aos critérios estabelecidos para a seleção. Já em 2022, três obras continham o termo “Psicologia” em seus títulos, mas nenhuma delas tratava de questões diretamente relacionadas à Educação Especial (Editora Realize, 2022).

Diante disso, a análise aprofundada concentrou-se em um único capítulo, de autoria de Medeiros e Araújo (2021), que discutiu os contributos da Psicologia para a promoção dos princípios da Educação Inclusiva no sistema educacional, tangenciando, assim, a Educação Especial. Esse trabalho destacou-se por abordar de forma consistente a importância da Psicologia no desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas, oferecendo reflexões relevantes para a consolidação de um sistema educacional mais equitativo e acessível (Medeiros & Araújo, 2021).

Durante a leitura dos textos selecionados, atenção especial foi dedicada aos objetivos, métodos, principais resultados e conclusões apresentados pelos autores. Esses elementos foram transcritos em um editor de texto para, posteriormente, serem sintetizados e analisados com base em um paradigma qualitativo de pesquisa, conforme proposto por Lüdke e André (1986). A proposta central foi refletir sobre a interface entre Psicologia e Educação Especial, examinando de que maneira a ciência psicológica contribui para o desenvolvimento e aprimoramento dessa modalidade de ensino (Lüdke & André, 1986).

Como resultado da análise, observou-se que apenas um trabalho atendeu integralmente aos critérios estabelecidos. Esse estudo, de autoria de Medeiros e Araújo (2021), destacou-se por enfatizar a reflexão sobre o papel do profissional de Psicologia no contexto da Educação Especial. Os autores discutiram como o psicólogo pode atuar de forma estratégica para promover práticas inclusivas, contribuindo para o desenvolvimento de metodologias que atendam às necessidades específicas dos estudantes com deficiências ou outras condições que demandem apoio especializado (Medeiros & Araújo, 2021).

A análise qualitativa permitiu identificar que o trabalho de Medeiros e Araújo (2021) abordou, de maneira consistente, a importância da atuação psicológica no âmbito da Educação Especial, destacando a necessidade de uma formação profissional que contemple conhecimentos específicos sobre inclusão e diversidade. Além disso, os autores ressaltaram a relevância de intervenções psicológicas que visem não apenas ao desenvolvimento cognitivo e emocional dos estudantes, mas também à capacitação de professores e à sensibilização da comunidade escolar para as questões relacionadas à inclusão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Medeiros e Araújo (2021) desenvolvem uma discussão teórica relevante sobre a educação inclusiva, destacando as contribuições da Psicologia para esse campo. O estudo inicia com uma revisão bibliográfica abrangente, na qual os autores exploram o conceito de inclusão e sua centralidade no contexto educacional, além de abordar as bases legais que sustentam a inclusão escolar no Brasil, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Essa contextualização é fundamental para compreender os desafios e avanços na implementação de práticas inclusivas no sistema educacional brasileiro (Medeiros & Araújo, 2021).

Os autores também discutem os obstáculos enfrentados por professores e alunos no processo de construção de uma escola verdadeiramente inclusiva. Entre esses desafios, destacam-se a falta de formação adequada dos docentes para lidar com a diversidade em sala de aula, a carência de recursos pedagógicos adaptados e a necessidade de superar barreiras atitudinais e estruturais que ainda persistem no ambiente escolar. Nesse sentido, Medeiros e Araújo (2021) enfatizam que a inclusão não se limita à matrícula de alunos com deficiência, mas requer a criação de condições efetivas para sua participação e aprendizagem.

Um dos pontos centrais do artigo é a discussão sobre o papel da Psicologia na promoção da inclusão escolar. Os autores destacam a atuação do psicólogo escolar como parte integrante de uma equipe multidisciplinar, cuja função inclui a identificação e intervenção precoce em dificuldades de aprendizagem, o suporte emocional aos alunos e a promoção de sua autonomia. Além disso, o texto aborda a importância de estratégias como a avaliação psicológica, a orientação a professores e famílias, e a mediação de conflitos no ambiente escolar, reforçando a necessidade de uma abordagem holística e colaborativa (Medeiros & Araújo, 2021).

Outro aspecto relevante discutido pelos autores é a formação docente. Medeiros e Araújo (2021) argumentam que a capacitação dos professores é um elemento-chave para a efetivação da inclusão, sugerindo que a formação inicial e continuada deve incluir conhecimentos sobre diversidade, práticas pedagógicas inclusivas e o uso de tecnologias assistivas. O artigo também apresenta estratégias e recursos pedagógicos que podem ser utilizados para promover a inclusão, como a adaptação curricular, o ensino colaborativo e a utilização de metodologias ativas que respeitem as singularidades dos alunos.

Por fim, o texto conclui ressaltando a importância de construir uma escola que seja não apenas inclusiva, mas também acolhedora e equitativa. Os autores defendem que a valorização da diversidade e a promoção da igualdade de oportunidades são pilares fundamentais para uma educação que prepare todos os alunos, independentemente de suas condições, para a vida em sociedade. Essa reflexão reforça a necessidade de políticas públicas e práticas educacionais que garantam o direito à educação para todos, em consonância com os princípios da educação inclusiva (Medeiros & Araújo, 2021).

Em síntese, o trabalho de Medeiros e Araújo (2021) oferece uma contribuição significativa para o campo da Educação Especial ao destacar a interface entre Psicologia e Educação Inclusiva. No entanto, evidencia-se a necessidade de mais pesquisas que explorem práticas efetivas de inclusão, bem como a formação e atuação de psicólogos escolares nesse contexto, visando superar os desafios ainda presentes na construção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

A análise dos dados levantados evidencia que a interseção entre Psicologia e Educação Especial ainda se encontra em fase de consolidação. Esse cenário fica evidente ao se constatar a escassez de produções acadêmicas voltadas especificamente para essa interface, sendo identificado apenas o trabalho de Medeiros e Araújo (2021). Essa lacuna pode ser compreendida à luz de uma perspectiva histórica, conforme argumentam

Acuna (2017; 2021). O autor explica que a Educação Especial, quando inserida no contexto da Educação Inclusiva, é uma modalidade relativamente recente. Dessa forma, há um intervalo temporal significativo entre a formulação e a sanção de políticas públicas e sua implementação efetiva nas práticas educacionais (BRASIL, 2001; 2015). Esse distanciamento entre teoria e prática contribui para a permanência de uma separação institucional e epistemológica entre a Psicologia e a Educação Especial.

A relação entre a Psicologia Escolar e a Educação Especial ainda é pouco explorada, refletindo um histórico de separação entre essas áreas de conhecimento e atuação profissional. Tradicionalmente, a Educação Especial foi concebida como um campo à parte dentro da Educação, direcionado exclusivamente ao atendimento de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Essa abordagem segregada contribuiu para a marginalização desses alunos no sistema educacional, dificultando uma perspectiva inclusiva mais ampla. Paralelamente, a Psicologia Escolar desenvolveu-se com um foco predominante no suporte ao processo de aprendizagem e no desenvolvimento socioemocional dos estudantes, sem uma atenção específica para as necessidades e potencialidades dos alunos com deficiência. Como resultado, as práticas psicológicas no ambiente escolar, por muito tempo, não contemplaram de maneira sistemática as demandas advindas da Educação Especial, o que reforçou a manutenção dessa separação entre os campos.

Esse distanciamento, contudo, vem sendo gradualmente reduzido à medida que novas políticas educacionais e avanços teóricos reforçam a importância da inclusão educacional como princípio norteador das práticas escolares. O reconhecimento da necessidade de um olhar interdisciplinar, que articule conhecimentos da Psicologia e da Educação Especial, tem sido enfatizado em estudos recentes, indicando a relevância de um diálogo contínuo entre essas áreas para promover práticas pedagógicas mais inclusivas e acessíveis. Assim, o fortalecimento dessa interface representa um passo essencial para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva, garantindo que todos os estudantes, independentemente de suas características e necessidades, tenham acesso a um ambiente de aprendizagem equitativo e de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação da Psicologia na Educação Especial desempenha um papel fundamental, pois essa área exige uma compreensão aprofundada das dimensões cognitivas, emocionais e comportamentais dos estudantes para que seja possível planejar estratégias educacionais adequadas às suas necessidades específicas. Dessa forma, o profissional de Psicologia assume um papel essencial no suporte aos professores, fornecendo informações e orientações sobre práticas pedagógicas que respeitem as particularidades dos alunos público-alvo da Educação Especial (PAEE), contribuindo para um ensino mais inclusivo e eficaz.

Apesar da relevância dessa interface, ainda há uma carência significativa de publicações que abordem a integração entre Psicologia e Educação Especial. Essa escassez pode ser explicada a partir de fatores históricos e sociais que, por muito tempo, mantiveram essas áreas separadas no contexto acadêmico e profissional. Nesse sentido, este trabalho contribui ao evidenciar as potencialidades dessa interseção e ao destacar a necessidade de mais investimentos em pesquisas que fortaleçam essa articulação. Ampliar os estudos nessa área é essencial para a qualificação das práticas pedagógicas e para o avanço do processo de inclusão educacional, promovendo um ambiente escolar mais equitativo e acessível para todos os estudantes.

REFERÊNCIAS

ACUNA, J. T. Psicologia e Educação Especial: revisão sobre intervenções do (a) psicólogo (a) com professores do ensino fundamental. In: Eduardo Gomes Onofre; Margareth Maria de Melo; Sandra Meza Fernandez. (Org.). **Construindo diálogos na educação inclusiva: acessibilidade, diversidade e direitos humanos**. 1ed. Campina Grande: Realize, 2021, v. 1, p. 1236-1255

_. **Interface entre Psicologia e Educação Especial em contexto escolar**. 2017. 190f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) – Programa de pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem da Faculdade de Ciências UNESP, Bauru. 2017.

_. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf. Acesso em: 18 out. 2016.

_. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Orientações para a implementação da política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. p. 200. 2015.

BROOME, M. E. Integrative literature reviews in the development of concepts. In B. L. RODGER.; K. A. KNAFL (Eds.). **Concept development in nursing: Foundations, techniques and applications**. Philadelphia: W. B. Saunders. p.231-250. 2000.

CFP. Conselho Federal de Psicologia. **Resolução CFP nº 02/01. Altera e regulamenta a Resolução CFP nº 014/00 que institui o título profissional de especialista em psicologia e o respectivo registro nos Conselhos Regionais**. p. 18. 2007. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2006/01/resolucao2001_2.pdf. Acesso em: 10. abr. 2017.

GALVÃO, T. F.; PANSANI, T. de. S. A; HARRAD, D. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 24, p. 335-342, 2015.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986

MATOS, S. N.; MENDES, E. G. Demandas de professores decorrentes da inclusão escolar. **Rev. bras. educ. espec.**, v. 21, n. 1, p. 9-22. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382015000100009. Acesso em: 10. abr. 2017.

MEDEIROS, Blenda Carine Dantas De et al.. **Educação inclusiva: uma discussão teórica com aportes da psicologia**. E-book VII CONEDU (Conedu em Casa) - Vol 01. Campina Grande: Realize Editora, 2021. p. 791-806. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/74091>>. Acesso em: 18/06/2023 11:09